

Ligia Chiappini y Ulrich Fleischmann

Entrevista com Alfredo Bosi

Em março de 2002, Ligia Chiappini e Ulrich Fleischmann, com colaboração de Sérgio Costa, entrevistaram, exclusivamente para esta revista, o Professor Alfredo Bosi, da Universidade de São Paulo, que até o final de 2001, dirigiu o Instituto de Estudos Avançados dessa Universidade e que agora continua atuando como editor da revista desse instituto, paralelamente às atividades de professor e pesquisador. A entrevista se organiza em três grandes blocos: o primeiro, sobre positivismo e escravidão, tema de pesquisa que continua apaixonando Bosi; o segundo, sobre literatura e cultura brasileiras em tempo de globalização e o terceiro, sobre a combinação entre ensino e pesquisa no curso de Letras e no Instituto de Estudos Avançados da USP¹.

Positivismo e escravidão

Ligia Chiappini (LC): Você tem escrito sobre o positivismo e, de certa forma, apontado algumas características que seriam atuais, sobretudo em certo positivismo brasileiro (para não dizer gaúcho). Você desenvolve isso, por exemplo, em análise que faz de vertentes mais radicais dos abolicionistas do século XIX. Poderia resumir a sua posição sobre o positivismo,

¹ Originalmente eram 4 os blocos temáticos. Com a permissão do entrevistado (que revisou e aprovou a nossa transcrição da entrevista, em 18 de outubro de 2002), retiramos um que tratava de educação, área em que tem militado na defesa do ensino público e gratuito, por falta de espaço. Mas planeja-se publicar em breve essa parte ampliada, em alemão e em uma revista especializada no tema.

os positivistas e a importância de continuar pesquisando o assunto no que diz respeito às suas repercussões e especificidades no Brasil?

Alfredo Bosi (AB): A pergunta vem muito a calhar, pois estou escrevendo novamente sobre isso. Quando fui à França a última vez, trabalhei mais sobre positivismo lá na casa do Augusto Comte e descobri uma série de contatos dele com o meio operário francês. Houve um momento, em torno de 1848, em que Comte estava tão decepcionado com a universidade francesa – a Politécnica no caso, onde foi marginalizado várias vezes, não conseguindo obter um cargo de professor – que começou a dar cursos para operários em casa, na rua Monsieur le Prince nº 10. Era um curso de astronomia para operários. Astronomia para pessoas leigas. Ele percebeu que havia enorme interesse por parte de pessoas que não tinham cultura formalizada e que lhe pareciam mais fiéis e mais capazes de entender o que ele chamava de Filosofia Positivista. Depois, no seu testamento, legaria a um operário – um marceneiro – a direção da Sociedade Positivista.

A partir daí foram operários juntamente com professores de matemática, que dirigiram a sociedade positivista. Isso não é só uma coisa pitoresca, sabe por quê? Porque esses operários começaram a trabalhar em sindicatos, exigindo leis trabalhistas, fazendo um pouco concorrência aos socialistas, que também já eram vigorosamente atuantes. Mas como eles eram mais moderados do que os socialistas revolucionários, conseguiram se aproximar mais dos governos da Terceira República e foram responsáveis pela criação do Ministério do Trabalho, na França. Então o *Office du Travail* foi fundado graças a eles no final da Terceira República, cerca de 1890 por aí, quase no final do século XIX.

Assim, o positivismo que estudo não é tanto o positivismo puro como teoria ou o que hoje seria o positivismo lógico, mas é o positivismo interessado na questão social, na questão do trabalho, sobretudo na legislação. Os políticos gaúchos, particularmente, se inspiraram muito na ideologia positivista. E quando eles subiram ao poder, na revolução de 30 – um dos acontecimentos mais importantes da história do Brasil – instauraram aqui o Ministério do Trabalho, segundo o modelo francês.

É claro que uma leitura de extrema esquerda é, em geral, contrária a tudo isso e acha que houve apenas cooptação por parte do Estado. Uma leitura de direita também não os aprecia, porque acha que aí houve excesso de intervenção do Estado. Mas, deixando de lado esses extremos, e pensando que hoje as leis trabalhistas estão na berlinda e o governo quer acabar com elas, e que a globalização quer flexibilizá-las, então convém dizer que o positivismo teve uma função progressista. Isto é, em resumo, o que estou estudando com mais minúcia.

Ulrich Fleischmann (UF): Mas os brasileiros se diziam positivistas, usavam esse nome?

AB: Eles tinham os clubes positivistas, apostolados positivistas, a sociedade positivista, etc...

UF: Há uma identificação posterior?

AB: Não. É uma identificação que vem do século XIX porque o apostolado positivista no Rio de Janeiro tinha esse nome e uma ligação direta com a França, com o sucessor de Comte, que era Laffitte. Eu encontrei na casa de Augusto Comte cartas de Teixeira Mendes e de Miguel Lemos que moraram lá na França e, nos anos 70, assistiram aos cursos, não do próprio Comte, que já havia morrido em 1857, mas dos sucessores dele. Depois, voltaram ao Brasil e aqui fundaram uma

sociedade, mas acabaram rompendo com a França. O motivo é curioso: havia um positivista brasileiro que era cafeicultor e tinha escravos. Chamava-se Ribeiro de Mendonça, fazendeiro do Vale do Paraíba. O apostolado positivista quis expurgá-lo, tirá-lo da sociedade. Então ele apelou para Laffitte, que o manteve, contemporizou. Então o que acontece? Teixeira Mendes, que era muito rigoroso, disse: “Nós não podemos tolerar que um escravocrata esteja em nossa sociedade”. Expulsou o fazendeiro e rompeu com a França. O caso é, realmente, curioso: o Brasil perante a França!

LC: No seu livro *Dialética da colonização*, você alude à especificidade do positivismo gaúcho, especialmente no que diz respeito ao problema da escravidão. Poderia falar mais um pouco sobre isso aqui?

AB: A campanha abolicionista só começa realmente a criar corpo depois da lei de 28 de setembro de 1871, que é a lei chamada do *Ventre Livre*, apoiada pelo imperador D. Pedro II. O imperador estava cansado de ser escarnecido pelos intelectuais franceses. George Sand, por exemplo, não quis recebê-lo. Victor Hugo tampouco. E ele gostava tanto da França... É claro que esse é um motivo muito pessoal, mas a coisa já tinha chegado a um ponto tal que era preciso, pelo menos, promulgar a lei. Ela já havia sido promulgada no mundo todo e o Brasil parece que resistia. Mas mesmo aí é preciso ser um pouquinho complacente com o Brasil, porque, para haver abolição nos Estados Unidos, houve uma guerra em 1865. Então o fato de, em 1871, a gente estar nessa situação não significa um atraso tão grande. Os Estados Unidos precisaram de uma guerra para fazer a abolição. E, nas colônias francesas, a abolição só foi feita em 1848, com a revolução. Eu estudei bem de perto isso na França. Assim, esse atraso monu-

mental que a gente vê no Brasil tem que ser um pouco minimizado, porque os países centrais demoraram muito, a França, Portugal, Espanha, Inglaterra. Na Inglaterra foi um pouco antes por causa da ação dos philanthropists, dos metodistas, mas é preciso dizer que essa história dos Estados Unidos como modelo do liberalismo começa tarde. Então quando a gente diz, Brasil e Espanha, os países mais vergonhosos do mundo, porque os últimos a abolirem a escravidão, é realmente vergonhoso, mas nossa vergonha está bem comparilhada. Acho isso muito importante para a gente não pensar que só o Brasil era a ovelha negra do mundo liberal.

Voltando atrás, conseguiu-se a lei do *Ventre Livre*. Ela foi assinada contra a vontade dos fazendeiros paulistas, e aqui não tem razão Fernando Henrique Cardoso, quando diz que a elite paulista era modernizadora e que foi ela que provocou a abolição. Não é verdade. Os deputados paulistas votaram contra a lei do *Ventre Livre*. Então toda essa história da elite paulista, mais moderna que a nordestina, mais avançada, toda essa explicação meio weberiana de que aqui a mentalidade era empresarial, tudo isso que parece muito lógico, não é verdadeiro. Fernando Henrique, que tem uma grande admiração pela classe industrial paulista, aceitou essa tese, que, diga-se de passagem, começa com Sérgio Buarque de Hollanda. As pesquisas que eu e outros fizemos, como, por exemplo, Joseph Conrad, excelente brasileiro que escreveu muito sobre o fim da abolição, provam que os paulistas resistiram quanto puderam. Resistiram até o fim. E os cafeicultores só abriram mão dos escravos, quando o governo prometeu subsidiar a imigração. A verdade é que São Paulo foi um foco de escravismo. Em São Paulo estava a maioria dos escravos às vésperas da abolição, porque no Nordeste já tinham sido liberados e vinham

para cá. Já que não podiam vir mais da África, desde 1850, e não podiam mais nascer escravos desde 1871.

O partido republicano, que foi fundado aqui em 1870, não podia ser abolicionista. Mesmo que ele fosse muito moderno, do ponto de vista da linguagem política, não tocava no problema da abolição. Ele dizia, como se pode ler nos manifestos republicanos, que a questão da escravidão seria resolvida oportunamente, Província por Província. Punha panos quentes, como se diz. Ao contrário, no Rio Grande do Sul, a situação era diferente. Os membros do partido republicano eram abolicionistas, positivistas, porque Comte achava a escravidão uma mancha, um crime da Humanidade e não só ideologicamente. Mas a necessidade, agora falando em termos bem materialistas, a necessidade da mão-de-obra escrava seria menor no Rio Grande do Sul do que nos cafezais de São Paulo porque lá já começavam uma policultura e já começara a imigração italiana muito antes, nos anos 70 do século XIX.

UF: Mas e o racismo científico dos positivistas? Gobineau...

AB: O racismo científico é darwiniano, não é positivista. Aí há uma distinção muito clara. Os positivistas combatem o racismo, Comte já combatia. E Gobineau não é positivista. Nós contribuimos muito para misturar as duas coisas. Existe uma coisa chamada evolucionismo darwiniano. Existe uma linha que começa com Darwin e depois é assumida por Spencer, a linha que prega a liberdade do indivíduo. Os positivistas eram contrários a essa linha, porque achavam que ela ia cair na competição e na violência. E eles eram pela solidariedade, altruísmo, amor à humanidade, eram idealistas. Lendo as revistas positivistas – a *Revue Occidentale* e a *Revue Positiviste* – percebe-se que elas eram contrárias ao racismo. Comte reconhece uma dívida enorme para com a raça

negra que, para ele, é o coração da humanidade. Então a gente lendo aquilo fica edificado, porque se vê que não há o sentido da inferioridade ou da superioridade. Há o sentido só da diferença. É muito bom que vocês me interroguem agora sobre o tema, porque estou lendo todos os depoimentos dos positivistas sobre a questão racial. E recomendo um daqueles cadernos que saem na França, no Centre du Brésil Contemporain, do grupo de Ignacy Sachs, da École des Hautes Études. Eles têm uma revista chamada *Cahier de Recherche du Brésil Contemporain*. São cadernos que eles publicam e um desses tem trabalho só sobre positivismo e a questão racial, onde estão todos os exemplos que mostram que o positivismo não se deve confundir com o evolucionismo e, muito menos, com darwinismo social. Eu mesmo sempre confundi, durante anos a fio, na minha cabeça e no meu livro *História concisa da literatura brasileira*. Lá está assim: positivismo, evolucionismo, como se fosse tudo farinha de um só saco. Mas quando eu comecei a estudar o que Comte dizia, o que Laffitte dizia, o que dizia o apostolado positivista aqui do Brasil, eu me dei conta de que isso estava errado, que não dá para confundir as duas correntes.

Tanto é verdade que Teixeira Mendes, que era o apóstolo positivista, escreveu um livrinho em homenagem a Toussaint L'Ouverture, que é o herói negro do Haiti. É lindo isto, é um folheto que ele publicou, reproduzindo todos os textos do Augusto Comte contra a escravidão e contra o que fizeram na África. E, depois, a homenagem a Toussaint L'Ouverture. Isso é uma prova de que eles eram inteiramente contrários à escravidão. Está bem na hora de a gente fazer a diferença entre uma e outra tendência. Demorou muito, quase 100 anos. Pelo menos no Brasil. Eu não sei na França, não acompanhei na

França, porque é claro, aí, quando o positivismo floresceu, já não havia mais problema de escravidão, quer dizer, o problema fundamental então era o racismo antropológico de origem alemã. Desculpem, é alemã mesmo? Eles dizem a escola italiana e alemã. Italiana por causa daqueles médicos que achavam que fazer medida do crânio era suficiente para provar que o negro era inferior. No Brasil, essa escola antropológica italiana, na verdade, foi representada por Nina Rodrigues. Nina Rodrigues era mulato, um mulato maranhense, professor na Escola de Medicina da Bahia, e nos seus estudos dos africanos no Brasil, divulgou a idéia de que os negros pertenciam a uma civilização inferior. E o nosso Euclides da Cunha bebe um pouco lá, de uma maneira muito mais dramática, mas bebe. Porque ele era o grande mestre, Nina Rodrigues. Fazia estudos sobre crimes na Bahia e é claro que ele encontrou mais negros criminosos aí. Escreveu em francês um tratado sobre a degenerescência dos negros. Só que era um homem idôneo e achava que os candomblés não deviam ser perseguidos, como quem diz: perdoai-os que eles não sabem o que fazem. Eram para ele gente tão inferior que não deviam ser perseguidos pela polícia, deviam ser objeto de estudo. Tenho a impressão de que os positivistas não mantinham um trabalho de pesquisa científica que pudesse responder assim taco a taco aos evolucionistas. Eles não mediam os cérebros, não pesavam. Isso rigorosamente não tem nada a ver com o positivismo. Assim, a criminalização do negro também é evolucionista.

UF: E como se deu então a integração do negro na sociedade civil?

AB: Quem tem os dados, quem estuda isso é o nosso Florestan Fernandes. Ele mostra como a maioria dos imigrantes italianos e alemães substituiu o trabalho negro. Eram 700 mil negros grosso modo,

em 1888, a maioria em São Paulo, que era, como dizia Joaquim Nabuco, uma República Cafezista, a República do Café. O governo começou a subsidiar a imigração italiana poucos anos antes da abolição, mas depois da abolição como eram os republicanos de São Paulo que estavam no poder, eles a subsidiaram fartamente. O que aconteceu? Vieram mais italianos, portugueses, alemães e espanhóis, do que havia negros, quase o dobro. Resultado: toda a mão-de-obra qualificada, mesmo nas fazendas, ficou nas mãos dos colonos europeus e o nosso negro virou lumpen, porque ele saiu das fazendas e ficou marginalizado, vivendo assim, aquilombado, vamos dizer. Florestan Fernandes estuda o negro em São Paulo, sobretudo o que aconteceu a partir dos anos 20. Fez muitas entrevistas com negros paulistas, nos anos 40. Ele e Roger Bastide. Estudou essa faixa já dos filhos dos negros e alguns negros que vinham da escravidão. E verificou que havia anomia, marginalização, preconceito, que não houve realmente integração.

UF: Nem hoje?

AB: Hoje há mais integração, mas o percentual dos negros, em lugares de brancos, ainda é baixo. Por exemplo, eu não tenho este ano nenhum aluno negro na faculdade, não tenho nenhum. Hoje eu olhei bem para a classe e notei. Tenho uma classe grande, porque as minhas classes são grandes...

LC: Os índices superiores da educação no Rio Grande se devem a essa tradição positivista?

AB: Sim. Os positivistas eram favoráveis à escola leiga, pública e universalizada, à escola primária e secundária. No Rio Grande do Sul, os orçamentos que eu pude estudar nas atas da Assembléia de Porto Alegre tinham cláusulas em que os maiores itens orçamentários iam para a educação. Valorizava-se, assim, a edu-

cação em primeiro lugar. Porque os presidentes da província, como o eterno Borges de Medeiros, achavam que ela deveria ser colocada em primeiro lugar. Resultado: a escola primária gaúcha, graças a essa influência positivista, foi a melhor na República Velha. Foi a melhor de todas no Brasil, tanto do ponto de vista da qualidade, quando da quantidade. Em compensação, eles eram muito desfavoráveis ao ensino universitário público, porque Comte tinha medo da pedantocracia. Ele achava que os doutores que se formavam nas universidades se arrogavam o direito de só eles terem competência, então ele era favorável a que o poder espiritual, como ele dizia, não deveria ser um privilégio do Estado. Quer dizer, é claro que nisso a nossa herança da luta pela universidade pública não tem raízes no positivismo. Mas a herança de um bom ensino primário público tem aí uma raiz muito forte.

LC: E até hoje resiste um pouco essa política no Rio Grande do Sul?

AB: Porto Alegre foi considerada a cidade modelo do ponto de vista da educação primária. Quer dizer, a cidade que tem o mais alto índice de alfabetização. Eu acho que isso tem raízes históricas. Além dos excelentes governos do PT que se sucedem nos últimos tempos, há raízes mais profundas. São as raízes do tempo do Brizola que era uma pessoa que foi educada no positivismo, um positivismo rústico. Tudo dele é meio tosco, mas era aquela coisa do ensino público, leigo, obrigatório que vinha já dos anos 40. Então, em grande parte o meu interesse pelo positivismo é verificar como uma ideologia, rigorosamente alheia, estranha, gerada na França por um pensador como Comte pôde ser assim filtrada aqui e cimentar uma atividade política no Brasil, durante tantos anos. Porque o Partido Republicano gaúcho começou mais ou menos em 1880, até um pouco antes, final dos anos 70, e foi

hegemônico no Rio Grande do Sul até 1930. Trata-se, como eu já disse, de uma longa duração. Getúlio Vargas, que era um homem pragmático mas educado nesse clima, porque tinha sido deputado, leva para um plano federal com muito pragmatismo, com muitas adaptações, essa idéia de que o Estado tem que ser responsável pela educação; essas idéias de intervenção que ele tinha e que eram codificadas pelos ministérios. Não havia Ministério da Educação antes de 30 no Brasil. A formação do Estado brasileiro, do ponto de vista da responsabilidade do Estado e de certas intervenções, tem traços positivistas antes de ter traços de esquerda, porque a esquerda evidentemente tem uma outra fundamentação, eu diria até mais popular, claro, não há dúvida nenhuma. Mas eu acho que o que houve de intervenção no Brasil, principalmente no governo de Getúlio Vargas, não é deverdor do que a gente pode chamar a esquerda, que começou a influir mais tarde. Depois ela foi muito marginalizada pelo próprio Estado Novo; e o encontro da esquerda com esse grupo muito posterior, é dos anos 50 e 60. Pelo menos a frente única trabalhista-comunista é desse tempo.

Literatura, cultura e meios massivos

LC: Você concordaria com Roberto Schwarz e com Walnice Nogueira Galvão quando eles afirmam (embora com suas especificidades) que a literatura brasileira está em baixa, para não dizer em decadência, porque a obra de arte está perdendo para os produtos massivos e o *best seller*? Você leu o artigo de Walnice, publicado no último caderno *Mais*, intitulado “Musas sob assédio”, onde ela desenvolve esse ponto? E o comentário hoje, de Marcelo Coelho, que a contesta em “Paulo Coelho e o fundamentalismo de mercado”?

AB: Eu li o dela e não o dele.

LC: Então, aqui eu faço um resuminho para você. Ele cita uma passagem do ensaio dela em que reconhecemos algumas afirmações suas, isto é, de Alfredo Bosi. Como esta de que as obras atuais “pertencem ou ao ramo do hipermimético ou ao do hipermediado”, tornando-se a prosa ou “tão temerosa de fantasia que toma uma pretensa reprodução da realidade como seu objetivo” ou elegendo “a intertextualidade, a citação, a colagem [...] enfatizando tanto os meios que se arrisca a perder de vista os fins”. Marcelo Coelho estranha que experimentalismos e intertextualidades atestem “a dominância do mercado” e sustenta que *best sellers* como Paulo Coelho (que nem literatura é, segundo ele, mas auto-ajuda), não dizem grande coisa a respeito da literatura hoje. Sustentar isso seria, para ele, “cair no erro que se critica – o de tomar como cultura aquilo que o mercado diz que é”. Isso é só para ilustrar a polêmica e saber sua posição nela.

AB: É claro que nós estamos mesmo numa sociedade de massas, e há muito tempo. O que nós chamávamos de literatura, digamos, pelo menos até os anos 60, tinha um caráter muito específico, era uma forma estética. Tínhamos em mente que uma coisa é literatura e outra coisa não é literatura. Para a crítica até os anos 60, e de alguma maneira eu me sinto envolvido, pois escrevi uma história da literatura no final dos anos 60, *História concisa da literatura brasileira*. Aí eu refletia tudo aquilo que vinha acontecendo até então. E não tinha a menor dúvida de que havia um cânon, o famoso cânon, e que algumas obras entravam na literatura e algumas nem existiam; nem me preocupava com elas. Achava que eram entretenimento, literatura de prazer, enfim, para a gente ler na sala do barbeiro, no trem... E essa concepção, que é a concepção que

nos formou (a mim, a Lígia e todo grupo do Antonio Candido, mas não só) era uma concepção internacional de literatura. Aqui em São Paulo, ela se mantém dentro de nós, apesar de nós, que já estarmos chegando à chamada terceira idade. Quando entramos, por exemplo, numa livraria, sabemos distinguir nós que temos essa formação, sabemos distinguir claramente o que é literatura. Porém, essa não é mais a situação real do mercado da escrita. Queiramos ou não, as fronteiras todas foram, de alguma maneira, franqueadas. Hoje as pessoas escrevem para agradar as massas ou para atingir um certo público, e são publicadas, são aceitas. Mas estamos estupefatos diante de alguma coisa que é muito profunda, que é realmente a entrada da cultura de massas, do *best seller*, dentro daquilo que nós considerávamos a literatura. Alguma coisa aconteceu, que se pode ver macrosociologicamente como a invasão da cultura de massas, embora continuemos trabalhando com o cânon. Temos que ter consciência dessa diferença.

LC: Então você concorda com Walnice?

AB: Em princípio eu estaria no mesmo espírito, dizendo que a literatura está em baixa no sentido de que a obra de arte está perdendo espaço para os produtos de massa. O que eu disse de uma maneira geral é que a cultura de massa entra, essa expressão que a Walnice usa no artigo dela. Alias, eu achei muito rico esse artigo que ela escreveu, muito bem informado e sobretudo muito bem escrito. Eu acho que ela tem o dom do estilo conciso, brilhante, vigoroso.

Isso de hiper mimético e hipermediado faz parte de um texto que escrevi sobre a literatura na era dos extremos, em homenagem a Antonio Candido, e que saiu naquele livro *Antonio Candido: pensamento e militância*. Realmente vejo esses

dois extremos. Hoje, de um lado, faz-se uma literatura colada à reportagem – todo mundo quer fazer reportagem hiper mimética, e aí não se distingue mais literatura de não literatura – é exatamente aquele movimento que eu estava descrevendo antes, um movimento social profundo, em que a literatura perde o seu caráter específico, aquela exigência da forma, dominando os sentimentos; é o que o hiper mimético destrói completamente. É a chamada literatura-reportagem. Ou então, de outro lado, as pessoas sofisticadas fazem o quê? Colagens, isto é, juntam citações, intertextualidade. E não existe mais a representação da realidade nem a expressão do sujeito. Ficou uma literatura extremamente pos-moderna, uma literatura que, no fundo, refaz estilos anteriores. E é uma literatura para universitários, para as pessoas descobrirem onde estão os intertextos. Esses dois extremos se afastam daquela concepção da literatura que nos formou.

LC: Você acha que são dois extremos destinados a públicos diferentes?

AB: Acabam sendo, não é verdade? A literatura-reportagem tem um público muito maior, claro, pois os sofisticados também lêem essa literatura e lêem a literatura de colagem. Certos poetas modernos fazem só colagem, citação. O escritor “acontece”. Não tem biografia, não tem o que dizer da sua própria vida, então ele fica desfiando textos dos mais variados e fica alguma coisa assim no ar. Mas quem lê isso são os universitários, que também sentem prazer de ler o hiper mimético, que é o outro lado.

LC: Seria compensatório?

AB: Compensatório. O lado violento, o lado em que não há mediação nenhuma. Eu acho que essas duas coisas caracterizam mesmo a era dos extremos, como diz Hobsbawm. É uma aplicação que fiz da expressão dele: era dos extremos. E o que nós sempre consideramos literatura está

no meio e está em baixa. Em baixa, porque parece que não tem mercado.

UF: Qual deveria ser o papel atual da literatura brasileira? Em que difere do papel dela no passado?

AB: Não tem mais o mesmo papel, a mesma força. Quando saiu Guimarães Rosa, quando saiu João Cabral, quando saíram os primeiros livros de Graciliano Ramos, eram para nós e para nossos antepassados acontecimentos nacionais que iam realmente mudar a fisionomia da cultura. Hoje, se, por milagre, aparecerem 50 Graciliano Ramos, significaria muito pouco. Claro, não vão aparecer porque os gênios são raros, mas mesmo que, por hipótese, acontecessem, eles não teriam influência, importância, pela imensa cultura de massa que está aí. Pois as pessoas colocam tudo no mesmo nível. Eu me lembro de um rapaz, que fez doutorado em Roma, de filosofia. Ele voltou para São Paulo e queria fazer doutorado em literatura brasileira. Queria ser meu orientando e escrever sobre Guimarães Rosa. Pedi um projeto e ele disse, pouco depois, que estava achando Guimarães Rosa muito difícil. Então perguntou: eu posso fazer a tese sobre um romance chamado *Rosinha minha Canoa*, de José Vasconcelos? Nós sabemos a distância que há entre uma obra e outra, entre um autor e outro. O livro de Vasconcelos é um livrinho assim ameno, para a juventude..., mas o rapaz fez essa pergunta e eu não sabia nem como responder.

LC: Você ficou estupefato?

AB: Fiquei. Porque, afinal, ele veio de Roma já doutor, queria estudar Guimarães Rosa. Depois, de repente, muda para *Rosinha minha Canoa*, parecendo que, para ele, era tudo a mesma coisa. E é um rapaz inteligente! Mas acho que o problema está aí, inteligente mas inculto. A incultura é maciça hoje em dia. Isso eu falo até do clero que eu conheço um pou-

co. O clero brasileiro é incultíssimo, mesmo tendo posições políticas boas. O professor médio brasileiro é inculto. E eu vi que na Europa também isso ocorre: o professor médio é inculto. Sei de uma anedota que tem a ver com isso. Eu estava conversando com uma professora de história, na França. Ela estava fazendo um estudo sobre Chateaubriand e tinha medo que eu não soubesse quem era Chateaubriand, então, de repente, ela disse: “Chateaubriand, cela vous dit quelque chose?” Eu, ironicamente, respondi: “Oui: c’est un certain plat, à la viande, non?” Mas acho que ela não percebeu a ironia, porque achava, na sua ingenuidade, que eu não podia saber quem era Chateaubriand. Imagina um brasileiro, não é? Saber quem era Chateaubriand!

Então, é assim, a incultura é fundamental e básica hoje. A sua pergunta é de um realismo que eu estou procurando usar para respondê-la, dizendo sim, a situação difere muito do passado. Nós hoje, na universidade, temos que realmente cultivar esse universo de valores que o mercado ignora. Um dia desses, eu entrei numa grande livraria, uma mega – agora é tudo mega, mega isso, mega aquilo... – pois eu entrei numa mega um dia desses e, por curiosidade, perguntei se eles tinham Platão. Aí o rapaz foi lá no computador e me apresentou um livro de gramática que é de um professor daqui da USP, que se chama Platão. Veja só, o único livro que ele tinha de Platão era de Platão Saviolli, aliás, um bom gramático. Foi um teste que fiz. Se eu pedisse uma obra, por exemplo, de Almeida Garrett, de Alexandre Herculano, de Guerra Junqueiro, grandes escritores portugueses que nós estudávamos, seria a mesma coisa. Sem a universidade, o mercado vai destruir totalmente esse passado todo. Então a universidade exerce uma função, ela nem sabe quanto é importante essa função: falar de coisas das quais o mercado não fala.

Evidentemente os bons escritores continuarão escrevendo aquilo que é fundamental para eles, a gente não pode guiar ninguém nesse ponto. Essa pergunta, portanto, eu revento para o papel atual da cultura universitária brasileira. Qual seria ele? O nosso papel é mostrar para as novas gerações a força da literatura. Eu acredito na força da literatura. Será que a gente é muito idealista, muito ingênua? Mas os alunos ficam tão apaixonados quando você dá um belo texto para eles lerem! Você realmente levanta, lava a alma do aluno, então eu acredito nisso.

UF: Você considera a população negra como minoria que tem a vocação de criar sua própria literatura, destinada a expressar mitos de fundação de uma “nação negra”, dentro da nação brasileira, tomando como ponto de comparação o estabelecimento de literaturas minoritárias na América do Norte, inclusive o surgimento de discursos meta-literários correspondentes (“Black Studies” ou “Gender Studies”, “Literatura de Testemunho”, entre outros)?

AB: A população negra também está profundamente imersa na cultura de massa. E não tem canais de alta cultura, tem que disputar o mercado com a literatura de massas. Então acho muito difícil que a população negra tenha uma alta identidade coletiva capaz de produzir essa obra que seria a sua representação. Talvez, em Cuba, talvez no Caribe, talvez na Jamaica, talvez no sul dos Estados Unidos onde a consciência negra começou mais cedo. É claro que há escritores negros muitos bons, mas eles não se diferenciam, no sentido de serem expressão de uma coletividade, pela própria situação subalterna em que ela está, nesta disputa de mercado.

Eu tenho contato com estudantes negros, converso muito com eles e constato que há um ou outro esforço isolado, mas eles sentem que não podem se distinguir tão radicalmente assim do resto do

Brasil. Eu não vejo movimento afro aqui como nos Estados Unidos. Eu não vejo no Brasil a pessoa dizer: “eu sou afro brasileiro”. Deve haver algum que diga; sempre há grupos mais extremados, mas eu sinto o forte desejo que eles têm de reivindicar os seus direitos como pobres, como cidadãos. É isso o que eu sinto neles, agora eu não posso falar por eles e é muito delicado o que eu estou dizendo. São impressões, porque eu nunca estudei isso mais a fundo. Tenho muito contato com esses cursinhos, o cursinho da Politécnica, por exemplo, onde há centenas de estudantes pobres, inclusive alguns negros, e não vejo neles um movimento como certamente você vê nos Estados Unidos. Lá há até mesmo uma teologia negra, para mostrar, por exemplo, que Deus também é negro, entre outras coisas. É bem interessante a black theology, nos Estados Unidos. Mas aqui eu não vejo isso. Quem sabe por quê? Será que o negro é mais integrado cultural e afetivamente? Se pensarmos assim, vamos cair nas velhas teorias... Mas haveria a possibilidade de eles terem uma integração maior? Enfim, muitos imitam o branco e não se contrapõem ao branco. Não acho que o ponto do conflito chegou no Brasil àquela agudeza que a gente vê nos países de origem protestante ou de origem anglo-saxônica.

LC: Para o bem, para o mal.

AB: É claro. Isso significa uma certa passividade para muitos. Há um forte desejo de integração, por exemplo integração religiosa. O pessoal ligado à pastoral católica do negro estava procurando cada vez mais fazer uma síntese do catolicismo com certos ritos africanos, usando as suas roupas na missa africana. Tudo isso são desejos de conciliação, desejos de identidades que não se opõem. Quer-se ter o seu lugar, mas não ser contra. Quer-se manter o seu lugar mas não numa posição de confronto e negação do lugar do outro,

que, também, de certa forma, se reconhece como seu. Isso se reflete ainda numa ausência de literatura negra sistemática no Brasil. Há poetas isolados. Há uma zona de fronteira que pode ser assimilada para o lado negro, se se quer falar de literatura negra.

LC: Qual é a sua posição em relação aos chamados estudos culturais e à repercussão desses estudos entre os estudiosos brasileiros? Há trabalhos dessa corrente que sustentam não haver mais sentido, em tempo de globalização, falar em literatura, quanto mais em literatura nacional. O jornal da BRASA, Fagulha, divulgou, faz uns anos já, a opinião de um colega nos Estados Unidos, segundo o qual não seria mais o caso de ensinar Literatura Brasileira, mas estudos culturais, onde o Brasil teria interesse por ser uma sociedade multi-étnica e multi-cultural e aí se estudaria um pouco de tudo: de contos de Guimarães Rosa à culinária, um pouco de história da escravidão, um pouco de folclore, um pouco de música popular e até o famoso “jeitinho brasileiro”. Isto está no programa dele.

AB: Essa pretensão dos estudos culturais não substitui a literatura. Eu chamo isso de presunção, porque os estudos culturais devem continuar existindo, mas eles são desdobramentos da antropologia. Existe antropologia da religião, existe antropologia do cotidiano, que são já partes das ciências que foram desenvolvidas pela antropologia francesa e sobretudo pela antropologia anglo-americana. Essa tem um estudo extraordinário sobre a cultura da pobreza, no caso do México, por exemplo. Então, nos últimos 20, 30 anos, nós temos a cultura dos vencidos e tudo isto já faz parte de certa ligação entre antropologia e história, que são ciências. A literatura não é uma ciência, a literatura é uma criação da imaginação, da fantasia, do desejo e é uma observação, ao mesmo

tempo, muito pontual, da realidade em função da obra de um autor. Quer dizer, não se pode confundir e colocar no mesmo saco literatura e antropologia. O que se pode fazer é aprofundar mais o estudo da literatura. Em tal autor, você fez isto e sabe bem, por exemplo, no caso do regionalismo, e pode abrir o leque para mostrar como esse autor formalizou intuições históricas, como é que formalizou impressões do cotidiano, até observações sociológicas. A literatura ocupa todos os lugares, mas em função evidentemente de uma forma que lhe é própria, que lhe é adequada, pelo qual a gente sabe que Guimarães Rosa não é antropólogo e Lévi-Strauss é antropólogo. No entanto, Lévi-Strauss tem muito que aprender em Guimarães Rosa. Mas, evidentemente, o que está em Guimarães Rosa tanto pode ser algo verificável empiricamente como pode ser pura invenção dele. A gente não pode partir da literatura como um mero documento.

Há pouco tempo na revista Estudos Avançados nós recebemos um trabalho de um estudioso que refez o itinerário do Severino. O Severino do poema de João Cabral, Morte e vida severina. Do herói Severino, que partiu lá do interior entre Pernambuco e Paraíba, foi chegando, chegando, até a foz do Capibaribe. No percurso, vai falando de vários lugares e esse jornalista foi lá e refez tudo, fotografou e estudou as condições ambientais e as condições do povo, o que piorou e o que melhorou nessa região toda. Fez um notável trabalho. Agora, ele fez um trabalho de geografia urbana, de antropologia, que a literatura produziu, mas evidentemente ele diz que muitos lugares que estão lá foram inventados pelo autor. Isso não diminuiu o valor de João Cabral, evidentemente. Estou dando um exemplo simples para mostrar que a literatura tem uma liberdade de criação a partir da realidade. Ela tem uma liberdade extraordinária-

ria que não pode ser encapsulada nem pelos estudos antropológicos, nem pelos estudos históricos.

Eu estou mais uma vez propondo que a literatura é uma linguagem específica. O modo de olhar o mundo, que pode aproveitar-se de todas as ciências, mas em função de uma grande liberdade que é a liberdade do ficcional. E não entendo por que esses estudos culturais são tão pretensiosos, por que eles querem substituir-se à literatura? Eles que façam o seu trabalho, que estudem a fundo as culturas locais. Agora, isso não significa que vão apagar a especificidade da literatura. Eu entendo que eles estão borrando todas as fronteiras.

LC: É uma questão de mercado. É vender cursos para pessoas que não dominam português mas que querem conhecer o Brasil, digamos assim. E sem dominar o português não dá para estudar literatura.

AB: São estudos brasileiros, vamos dizer, mas eu acho que eles não podem impedir que a literatura continue sendo literatura, a música continue sendo música. Não vamos mais estudar música? Não vamos estudar mais pintura? Não vamos estudar mais artes plásticas, nem teatro e nem dança? Ora, são realidades que continuam a existir na sociedade de massa. Essas artes existem e continuam produzindo.

LC: Como você sabe, a Universidade Livre de Berlim é a única na Alemanha a ter uma cátedra de Literatura Brasileira. Criada em 1989 e ocupada pela primeira vez em 1997, vem desenvolvendo um trabalho que, na perspectiva dos estudos culturais e daquele colega da BRASA, poderia ser visto como bem tradicional, embora a literatura brasileira aí não se desvincule das outras literaturas nacionais (a gente sabe que não dá para fazer literatura brasileira sem fazer literatura comparada, como diria Antonio Candido) nem seja possível trabalhá-la, ignorando o seu

diálogo tenso com os veículos e produtos da indústria cultural. Mas, talvez por isso mesmo, essa cátedra, mal nasceu, já está ameaçada pelos cortes de pessoal da universidade alemã, que parece caminhar para a privatização, com moldes no sistema hierarquizado norte-americano. Isso significa que, quando a cátedra for desocupada, por aposentadoria, morte ou outra razão qualquer, ela deverá ser extinta e a literatura brasileira voltará a ser objeto seja dos estudos lusos seja dos estudos hispano-americanos. O que você acha disso? Vê alguma importância em manter esse espaço conquistado para Brasil na universidade alemã e, até mesmo, de ampliá-lo para outras universidades? Em caso positivo, qual deveria ser, na sua opinião, o papel dessa cátedra? Ou seja, o que seria mais importante ensinar de literatura brasileira no estrangeiro?

AB: Uma cátedra de literatura brasileira é uma cátedra de literatura brasileira, não é uma cátedra de estudos brasileiros. Eu vejo com muita preocupação o que você diz, que é possível que essa cátedra seja extinta ou substituída por uma salada de vários estudos. Estudos brasileiros são uma coisa, literatura brasileira é outra; manifestações de cultura de massa são uma coisa, e literatura, outra. E não temos por que ter complexo de inferioridade, abrindo mão de estudar nossa literatura e de defender o seu estudo em qualquer parte do mundo.

Eu, que estou há 40 anos dando aula de literatura brasileira, vejo nessa área alguma coisa muito sólida e de que, no Brasil, já começa a se ter consciência, como você sabe, desde o Romantismo. Depois, cada vez mais, cria-se uma tradição dentro da própria formação da cultura brasileira. Então a literatura brasileira é, dentro desse mare magnum, uma corrente que tem uma identidade fortíssima, com repercussões, como Alencar, repercutindo

em Machado e, assim vindo até nós. Formou-se já um corpus com referências muito fortes, de modo que não se pode diluir isso em estudos extra-literários. Eu não vejo como. Mas, repito, esta é uma posição de uma pessoa que a vida inteira aceitou a riqueza da literatura e não quer com isso diluí-la. Seria muito fácil a gente diluir, imagina você ficar estudando os autores em vista de documentos culinários ou então acreditar que ela seja pura tradução do folclore. Eu acho que quem confunde as coisas, são pessoas que querem fazer antropologia mas nem sabem o que é antropologia. Então elas pegam itens daqui, e de lá, sem aprofundar aquilo que a antropologia estuda de uma maneira rigorosa. E fazem uma caricatura da antropologia. Precisariam aprender antropologia, então, para valer.

A USP e o IEA: ensino de qualidade e pesquisa de ponta

LC: Agora uma pergunta para informar mais o público da revista *Iberoamericana* sobre você e o seu trabalho na Universidade de São Paulo. Você continua dando aulas aqui, apesar dessa onda de aposentadorias que se abriu na era Collor e continua até hoje, por motivos vários. Embora ainda jovem, você já tem tempo de sobra para se aposentar. A maior parte dos professores universitários, que completaram o tempo necessário, optaram pela aposentadoria, sobretudo depois de verem ameaçado, pelas reformas da previdência social, o direito do funcionário público à aposentadoria integral. Você não. Por quê?

AB: Continuo. Há tanto o que fazer aqui...

LC: E continua com aquelas grandes turmas de literatura brasileira, de mais de 100 alunos? Você é um professor exem-

plar. Prepara suas aulas por escrito; suas arguições de tese são verdadeiros ensaios, sempre acha tempo para ler trabalhos dos alunos e conversar com eles. Isso é cada vez mais raro, aqui e fora daqui. Eu diria: um professor à antiga, no bom sentido. Como você consegue harmonizar e manter atividades tão diversificadas, difíceis e trabalhosas, como a docência, a pesquisa e a militância dentro e fora da Instituição, já que você milita no movimento ecológico e se envolve freqüentemente com grupos que batalham pela justiça social neste país? E, mais, você combina essa sua atividade de professor de literatura brasileira com essa atividade aqui dentro do Instituto de Estudos Avançados; vem há longo tempo trabalhando com a revista, foi diretor desse instituto por quatro anos. Então, eu queria ouvir um pouco mais sobre essa experiência sua com o IEA, que deve valer muito a pena, para você estar aqui tantos anos. Qual é a importância do IEA para você, qual é o balanço dessa experiência já longa e diversificada?

AB: Vale a pena pelo seguinte: o IEA foi ideado na Associação dos Docentes da USP; era um grupo da Associação que, depois dos anos 70, vendo que os professores tinham se dispersado pela criação dos institutos todos no estilo americano, em lugar da velha Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pré 68, que as pessoas das diferentes áreas das Ciências não se encontravam mais, não havia mais debates entre físicos, literatos, músicos, etc., resolveu criar o IEA. Ele saiu da cabeça de algumas pessoas, do Prof. Gerhard Malnic que é o atual diretor, entre outros. Pensavam criar um instituto em que as pessoas pudessem se encontrar e onde se fizesse a multidisciplinaridade, mas de uma maneira viva e não só através de currículos multidisciplinares. A idéia continua hoje. Que as pessoas venham aqui, façam palestras, escutem, apresentem pro-

jetos multidisciplinares, enfim, o que elas não podem fazer nos departamentos; o que podem fazer no departamento, que seja feito aí. Não se trata de dividir, mas de complementar.

Essa primeira idéia do IEA, eu achei felicíssima, porque realmente meu grande interesse era recuperar um pouco aquele clima nosso da Maria Antonia, que era um clima multidisciplinar. Depois entrei aqui e comecei a ver que a coisa dava em grande parte certo. E aí veio o segundo interesse, muito ligado à minha antiga militância, que era pensar políticas públicas. Problemas de saúde, educação, problemas de globalização, políticas públicas como a reforma agrária. O Brasil é um país tão carente de estudos sobre esses temas, vamos aprofundá-los, então. A revista, que editei e ainda estou editando, começou a fazer dossiês. Já temos o nº 42, já fizemos 20 dossiês, e esses dossiês, para mim como editor, foram causa de enorme satisfação. Se era a saúde, podíamos consultar gente do Brasil todo sobre saúde pública. Mandavam artigos e debatiam aqui. Se era educação, você vê o que deu, no número especial da revista sobre isso. Reforma agrária, nós chamamos aqui o Stédile do MST, e ele veio, debateu, chamamos também um bispo, D. Tomás Balduino, chamamos pessoas ligadas a agrobusiness, quer dizer, pessoas diferenciadas. Fizemos uma revista sobre reforma agrária, agora estamos fazendo uma revista sobre a Argentina. Carlos Altamirano mandou um artigo extraordinário: “Quo vadis, Argentina?”. Chomsky nos mandou um artigo sobre o terror, uma coisa inédita ainda. Ele tinha dado uma entrevista no MIT Massachusetts, que nós captamos pela internet, traduzimos e pedimos depois licença para publicar e ele permitiu. Uma coisa que ele não publicou em lugar nenhum ainda. Vai sair num número de política internacional. Então você vê, isso tudo dá alegria.

A revista é um convite à reflexão. Agora vai sair um número sobre a Amazônia. Quer dizer, eu não tenho competência em nada dessas coisas, mas o que acontece? Procuo as pessoas que saibam; a nossa capacidade está em encontrar as pessoas capazes de fazer o dossiê. Esses anos, em que eu estive no IEA, e que continuam, suprem essa necessidade muito grande de militância que a gente tem, e de informação. De boa informação, que às vezes os jornais não trazem. O IEA tem essa função, é um instituto que promove grupos interdisciplinares sobre educação, sobre economia, sobre biotecnologia; existem várias outras áreas científicas.

LC: Já discutiram a clonagem aqui?

AB: A clonagem? Temos um grupo de ética médica. Não sei ainda no que vai dar. Mas gostaria de acrescentar que, ao mesmo tempo é um esforço de intervenção também que se faz aqui, principalmente através da revista, procurando fazer dossiês específicos sobre problemas públicos brasileiros que, depois, a gente entrega para os senhores deputados e senadores: “isso aqui é um dossiê para vocês falarem sobre os seus assuntos com um pouco mais de coerência”. Muitas vezes eles falam só por informação de jornal. Mas muita coisa importante não sai nos jornais. Isso eu aprendi nesses anos todos: temas fundamentais, pensamentos agudos sobre um certo problema, os jornais deixam passar. A função da universidade mais uma vez é compensar a superficialidade da cultura de massa.

Sérgio Costa: Vi na internet, que a fundação do IEA inspirou-se em modelos de instituições como o Colégio de México, o Wissenschaftskolleg de Berlin, Oxford, etc., que buscaram dinamizar a integração e a internacionalização das respectivas academias. Poderia fazer um balanço do impacto do IEA para a interna-

cionalização/desprovincialização da vida universitária brasileira?

AB: O tema tem a ver um pouco conosco. Não temos aqui alunos nem professores; tem um pouco que ver com o Collège de France, cursos livres, sem requisito nenhum; cursos temáticos, conferências. Não há o aspecto escolar, o que nos liberta muito. Em segundo lugar, temos as cátedras, que significam a presença de organizações universitárias estrangeiras entre nós, por exemplo, a Cátedra Lévi-Strauss, sob responsabilidade do Collège de France. Os professores ficam aqui durante algum tempo e fazem palestras, dão cursos... Mas há outras cátedras como a Von Martius, da Alemanha, que está sendo inaugurada. Existe uma cátedra polonesa, uma cátedra que a Unesco nos subsidia, de Educação para Direitos Humanos. Havia uma outra, Simón Bolívar, que estava ligada ao governo do Estado, mas depois houve cortes. Nós não temos mais, mas poderá renascer. Era o Memorial da América Latina que nos subsidiava. Essas cátedras têm a função de internacionalizar. Vêm professores aqui e dão cursos e palestras. Eles são realmente um pólo dinâmico. Além disso, nós temos professores visitantes, concursados. São cinco professores visitantes, cinco pesquisadores visitantes que fazem concurso internacional, podem ser brasileiros ou não. Eles apresentam projetos e, se escolhidos, ficam aqui dois anos. Atualmente o Paulo Nogueira Batista, economista da Fundação Getúlio Vargas, apresentou um projeto sobre a flutuação de câmbio, pois ele é especialista em câmbio. Vai ficar aqui dois anos, estudando o problema de dolarização ou não dolarização. Esse projeto foi julgado por pessoas competentes. Há ainda outros professores visitantes aqui em outras áreas. O IEA tem essa mobilidade de contratar as pessoas através de concursos. E está aberto a quem quiser

apresentar um projeto. Se for uma coisa assim bem fundamentada, o IEA oferece a infraestrutura e a possibilidade de estabelecer um diálogo conosco e com nossos outros convidados.

LC: Eu vi recentemente um vídeo em que Antonio Candido faz uma palestra nas comemorações dos 40 anos de teoria literária e nos 10 anos do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. Ele termina essa palestra fazendo um meia-culpa dos erros que teria cometido como professor, e um erro teria sido dar muita importância à pós-graduação e pouca importância à graduação, coisa que ele só teria descoberto no final da carreira. Eu acho que tem um pouco de exagero nisso, mas foi por esse motivo que ele passou os últimos anos, antes de se aposentar, dando aula na graduação. Acaba fazendo um apelo aos professores para que cuidem melhor da graduação, chamando atenção para a importância desta. E para o fato de que é mais difícil para um professor dar aula num curso introdutório, bom, de qualidade, porque ele precisa ter um domínio do assunto e maturidade maior, do que para dar um curso de pós-graduação sobre uma tese que tenha escrito, por exemplo. Então, quando eu vejo você aqui num Instituto de Estudos Avançados, discutindo um pensamento realmente de ponta em várias áreas e, ao mesmo tempo, dando lá nas Letras um curso introdutório de literatura brasileira, muitas vezes para alunos de graduação, penso que talvez você tenha encontrado um jeito de combinar as duas pontas.

AB: Acho que sim. Onde há uma vontade, há um caminho, não é assim o provérbio? Onde há uma vontade há vários caminhos. Enfim, acho que a pós-graduação é fundamental, importante, é claro, a gente continua dando pós-graduação, formando mestres, mas a maioria dos alunos não vai fazer pós-graduação. Eu não

sei qual o percentual, mas a maioria não fará. Então você não pode abandoná-los, você tem que dar cursos de alta qualidade para a graduação e eu tento fazer isso. Não sei se darei de alta qualidade, mas darei com bastante empenho porque cada aula de graduação renova você. As perguntas que saem do fundo da ingenuidade dos alunos nesse nível, são aquelas fundamentais, como uma moça hoje me disse: “Professor, mas eu li sobre Gilberto Freyre e acho que o negro não é nada no Brasil. E ele diz que é tudo, o que o Sr. acha?” Oi, que pergunta cabulosa não é? Quer dizer, ela leu com aquela ingenuidade de quem não conhecia os mitos. São perguntas de uma ingenuidade provocadora. Quanto raciocínio você precisa desenvolver para colocar as coisas no lugar e, ao mesmo tempo, perceber que ela está exprimindo uma intuição que tem um fundo de verdade? Muito profundo.

Eu estou estudando agora novamente Lima Barreto. Quero escrever um artigo sobre o romance Recordações do escrivão Isaías Caminha. Lima Barreto conta que o personagem Isaías foi chamado à delegacia, acusado de um roubo. Isso em 1907, 1908. Encontrou na delegacia duas moças, provavelmente negras, brigando porque uma tinha roubado os ovos da outra. Aí ele pára e quase chora, porque vê tanta dor atrás daquela querela meio vulgar das duas. Para elas a vida eram aqueles ovos que tinham sido roubados. Ele se identifica com elas, como se fossem milênios de sofrimentos que as vozes daquelas mulheres apresentavam. É muito comovente. Quer dizer, e, defendendo aqui a nossa literatura, como um escritor pode, num episódio corriqueiro de delegacia, detectar o que acontece nas classes sociais, o que aconteceu, como se formaram essas mulheres durante tantos anos de subalternidade? Você lê aquilo e tem um quadro profundo do que seria o Brasil, aquele Rio de

Janeiro da época. Então, imagine os “estudos culturais”, se eles chegassem a isso e num episódio, quase uma crônica de delegacia, detectar o sofrimento de uma raça, de milênios...

LC: Da raça e da mulher.

AB: É, da mulher. Porque você tem tudo aí exposto, tudo junto. Mas dentro de um romance, um romance que foi criticado, você sabe. José Veríssimo disse que era um trabalho muito biográfico, muito pessoal. Imagine! É por isso que, na graduação, eu dou esses textos. E os alunos ficam apaixonados, porque, se o professor tem paixão, ele consegue transmitir a beleza e a sabedoria da boa literatura.

Alfredo Bosi é professor titular na área de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo. Professor convidado junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 1996-99), diretor do Instituto de Estudos Avançados entre 1997 e 2001, editor da revista Estudos Avançados, presidente da Comissão de Ética da USP.

Entre as suas publicações mais importantes ficam:

História concisa da literatura brasileira (1970; 40ª ed. 2002).

O conto brasileiro contemporâneo (1975; 14ª ed. 2002).

O ser e o tempo da poesia (1977; 6ª ed. 2000).

Dialética da colonização (1992; 4ª ed., 2001).

Machado de Assis. O enigma do olhar (1999).

Literatura e Resistência (2002).

Ligia Chiappini é professora titular de Literatura e Cultura Brasileiras no Instituto Latino-americano da Universidade Livre de Berlim. Prêmio Casa de Las Américas/ensaio/1983. Últimas publicações: Érico Veríssimo: o

romance da história (org. com Sandra Jatahy Pesavento, Jacques Leenhardt e Flávio Aguiar; 2001); Literatura e Cultura no Brasil, identidades e fronteiras (org. com Maria Stella Bresciani; 2002).

Ulrich Fleischmann é professor livre-docente do Instituto Latinoamericano da Universidade Livre de Berlin, especialista em literaturas e línguas crioulas do Caribe. Publicou livros e ensaios em diversas línguas e países.

Sally Burch

Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información: visiones enfrentadas

“Concebimos sociedades de la información y la comunicación que sean incluyentes, fundadas en la dignidad humana, los derechos humanos y el diálogo intercultural para el avance de la paz mundial, en un ambiente libre de la violencia y el odio... Sociedades donde cada ciudadano/a tenga la oportunidad no sólo de acceder a la información, sino también de producirla y ejercer su creatividad. Sociedades que movilicen la solidaridad global para superar las inequidades sociales y geográficas y contribuyan a una distribución más equitativa de los recursos tecnológicos e informativos” (Extracto de la “Contribution on Common Vision and Key Principles for the Declaration”, Grupo de Trabajo de la Sociedad Civil sobre Contenidos y Temas, II Prepcom de la CMSI, 25 de febrero 2003).

Esta visión fue planteada por las organizaciones de la sociedad civil presentes en el Segundo Comité Preparatorio (Prepcom) de la Cumbre Mundial sobre la

Sociedad de la Información (CMSI), realizado en Ginebra del 17 al 28 de febrero pasado. Se contraponen a la tendencia dominante que coloca a la tecnología en el centro de la llamada “sociedad de la información”, y que identifica al mercado como el único marco válido para impulsar el desarrollo.

Es cierto que el discurso oficial se hace eco de una visión centrada en los seres humanos y en la solución de los problemas sociales como objetivos generales de esta cumbre, que tendrá lugar en Ginebra en diciembre de 2003, con una segunda fase en Túnez en 2005. Esto, en sí, es un avance. Sin embargo, el enfoque centrado en la tecnología y el mercado se evidencia en los temas a los que se está dando prioridad: primero, el establecimiento de un marco regulador para la nueva economía digital, con énfasis en la desregulación para favorecer la competencia, facilidades para el comercio electrónico y nuevos mecanismos para controlar el *cibercrimen* y vigilar el uso de las redes electrónicas para actividades subversivas; y segundo, los incentivos para promover las inversiones privadas en infraestructura tecnológica en los llamados “países en desarrollo”.

Al respecto, vale señalar que en la ONU, hablar de “desarrollo” prácticamente está vedado, pues es interpretado como la transferencia de recursos del Norte al Sur. Si bien algunos gobiernos, como el de Brasil, lo han planteado con fuerza, la tendencia— sobre todo de los gobiernos del Norte— es poner por delante los *multistakeholder partnerships*, o sea, convenios de asociación entre los diferentes actores involucrados—gobiernos, sector privado, organismos internacionales, sociedad civil—, que significarían captar fondos del sector privado. Hasta ahora, sin embargo, las empresas del sector de comunicaciones, con la crisis bursátil de por medio,